NOVAS REGRAS PARA O PROGRAMA NOVILHO PRECOCE

Ariosto Mesquita – ariostomesquita@gmail.com

*Reportagem originariamente publicada na Revista DBO, edição 432, de outubro de 2016.

O cerco apertou. A partir de ferreiro de 2017 aumentam as exigências para que o pecuarista sul-mato-grossense enquadre seus lotes na categoria de novilho precoce e receba os incentivos correspondentes. Além dos itens técnicos, ele terá de se preocupar e investir na identificação dos animais, em processos produtivos sustentáveis, nas boas práticas agropecuárias e no associativismo. Para obter qualquer incentivo fiscal, o produtor também terá de levar em conta novos critérios de adequação dos animais e dos lotes. As normas de procedimentos visando o alinhamento de alíquotas do novo Programa Estadual de Incentivo à Criação de Novilho Precoce integram a Resolução Coletiva (Secretarias de Estado de Fazenda e de Produção) Número 69, publicada na edição do Diário Oficial do MS do último dia 8 de setembro.

A primeira apresentação técnica da normatização foi feita pelo pesquisador da Embrapa Gado de Corte, Rodrigo da Costa Gomes, que integrou o grupo de trabalho responsável em apresentar a proposta técnica do programa por solicitação da equipe econômica e agropecuária do Governador do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja. Por quase uma hora, ele detalhou as principais mudanças para o público do 2º Simpósio de Reprodução, Produção e Nutrição de Bovinos, realizado em Campo Grande, MS, nos dias 22 e 23 de setembro. O programa foi rebatizado como PROAPEPrecoce, na tentativa de reaver a sigla para o Programa de Avanços na Pecuária (PROAPE) instituído em 2003 e agora somado a um subprograma específico para Novilho Precoce.

De acordo com o pesquisador, foi exigência do Governo do MS que o PROAPEPrecoce evoluísse em gestão sanitária, boas práticas agropecuárias e em sustentabilidade, em relação ao anterior, para que o estado possa produzir mais animais de carcaça superior tanto para o mercado interno quanto externo. Gomes também lembra que os interlocutores públicos avisaram sobre as movimentações de outros estados produtores de carne do Brasil, sobretudo Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul.

"Todos estão brigando pela obtenção do título de área livre de febre aftosa sem vacinação. O que será do MS se não seguir este caminho? No entanto, é uma questão muito sensível em função de nossa extensa fronteira seca internacional. Para chegarmos a este patamar teremos de passar, por exemplo, pela identificação individual dos animais. Por isso a exigência de melhor gestão sanitária", explica.

Avaliação da propriedade

Neste sentido, a avaliação do sistema produtivo (dentro da propriedade rural) passa a ser a principal novidade do novo programa. Quatro pontos distintos serão julgados: identificação animal (uso de brinco ou similar como ferramenta para a gestão sanitária); adoção do Programa de Boas Práticas Agropecuárias (BPA) ou similar; sustentabilidade (incluindo práticas de baixo carbono como fertirrigação, ILP, ILPF, IPF e abates originários de confinamento e semiconfinamento) e associativismo (integrar associações de produtores focadas na produção comercial sistematizada e organizada).

Será considerado um processo produtivo básico aquele que não atender a nenhum destes critérios. As propriedades classificadas como superior receberão ainda as chancelas de "simples" (atendimento de pelo menos um dos critérios), "intermediário" (em pelos menos dois critérios) e "avançado" (cumprimento de três ou quatro critérios).

No programa anterior, a bonificação sobre o

ICMS devido variava em três níveis de maturidade do animal (67% para dentes de leite, 50% para até dois dentes definitivos e 33% com quatro dentes). No PROAPEPrecoce os animais serão avaliados pelos critérios de sexo (machos castrados, machos inteiros e fêmeas); maturidade (dentição/idade) acabamento (espessura de gordura na carcaça), peso (em arrobas (@), sendo o mínimo de 12@ para fêmeas e de 15@ para os machos) e classificação de inspeção sanitária (SIM, SIE, SIF ou SISBI).

O balizamento dos lotes também mudou. O programa anterior exigia que pelo menos 50% dos animais se enquadrassem como precoces para que todo o grupo fosse aceito. Com a nova normatização passa a haver uma classificação de acordo com o nível de abrangência de classificação: 60% a 70% dos animais (lote bom), 70 a 80% (lote muito bom) e de 80% a 100% (lote ótimo).

De acordo com o cronograma estipulado pelo Governo do MS, a previsão é de que o PROAPEPrecoce seja ativado em 1º de fevereiro de 2017. Até lá o programa anterior permanece suspenso (decisão tomada em 29 de julho). Neste intervalo ainda devem ser tomadas decisões quanto à equipe de operacionalização do programa, cadastramento e capacitação de profissionais para assistência técnica a produtores, cadastramento dos produtores interessados na adesão e credenciamento das indústrias frigoríficas. O conteúdo completo da Resolução Número 69 pode ser conferido pelo link www.legisweb.com.br/legislacao/?id=328328.

Principais mudanças propostas pelo novo programa:

1) Instituição da avaliação do processo produtivo (na propriedade rural) que passa a receber a classificação como superior (simples, intermediário ou avançado) ou básico.

2) A avaliação do animal passa a ser feita em seis níveis diferentes ao contrário dos três níveis do programa anterior

2.1) Remuneração diferenciada para acabamento de carcaça nível 2 e níveis 3 e 4. No programa anterior os três parâmetros recebiam a mesma avaliação;

3) O lote de animais passa a ser avaliado quanto à sua padronização (uniformização) em ótimo, muito bom e bom. No programa anterior bastava um mínimo de 50% dos animais serem enquadrados como precoce para que o lote pudesse ser aceito;

4) A taxa de coordenação para operacionalização do programa (sobre a premiação obtida) passa a ser variável de acordo com a classificação do lote de animais: bom (15%), muito bom (10%) e ótimo (5%). O programa antigo exigia o pagamento de uma taxa única de 10% sobre o valor do incentivo.

SINDICATO RURAL SOLICITA À CCR ACESSO À PLANTA DE DUPLICAÇÃO DA BR-163

O Sindicato Rural de Campo Grande encaminhou ofício ao presidente do Grupo CCR, Roberto de Barros Calixto, com a finalidade de colaborador com o projeto de duplicação da Rodovia BR-163. Segundo a entidade podem ser necessárias adequações ao projeto da concessionária em benefício ao fluxo de entradas e saídas, das propriedades rurais. Estreitar a comunicação entre a CCR Via MS e os associados da entidade, também está entre as intenções do documento assinado pelo presidente, Ruy Fachini Filho.

"O projeto de duplicação da BR-163 tem uma série de impactos para o Estado, em sua maioria positivos. Mas àqueles que moram às margens da rodovia poderão ter custos de adaptação e problemas logísticos, riscos que pretendemos evitar", esclarece Fachini, ao sinalizar a possível necessidade de regularização dos acessos às fazendas e também à implantação dos retornos.

Acompanhando, desde o início, a situação a Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Famasul) ratifica a necessidade de que o sindicato participe ativamente dos desdobramentos. "É de suma importância que o Sindicato Rural de Campo Grande conheça integralmente a planta deste projeto, nos limites da capital, para identificar eventuais gargalos. Assim, além de somar esforços à Federação, poderá contribuir diretamente com os produtores rurais impactados", esclarece o assessor jurídico da Famasul, Carlo Daniel Coldibelli, que representa os produtores rurais no Grupo Paritário de Trabalho, formado pela CCR para discutir informações como estas, em reuniões trimestrais.

Entre as principais reivindicações está a disponibilização do projeto de duplicação da Rodovia, que compreendem os limites territoriais de Campo Grande, e o cronograma de execução da duplicação da BR-163 com o objetivo de evitar transtornos para a concessionário e produtores rurais.